



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2011.0000157510**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0022133-95.2007.8.26.0000, da Comarca de Iguape, em que é apelante ZALITA DE MORAES sendo apelado ABILIO GUEDES.

**ACORDAM**, em 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores BERETTA DA SILVEIRA (Presidente sem voto), EGIDIO GIACOIA E CARLOS ALBERTO GARBI.

São Paulo, 30 de agosto de 2011

**Adilson de Andrade**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Voto nº 7598

Apelação nº 0022133-95.2007.8.26.0000

Comarca: Iguape

Natureza: Indenização por danos morais

Apelante: Zalita de Moraes

Apelado: Abílio Guedes

**Indenização. Ilegitimidade ativa. Genitora que pleiteia danos morais pelo abuso sexual sofrido pela filha. Os danos não extrapolam a esfera íntima da vítima. Sentença mantida. Recurso desprovido.**

Vistos.

Zalita de Moraes, inconformada com a r. sentença de fls. 130/131, que julgou extinto o processo sem julgamento do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil, interpôs recurso de apelação aduzindo que é parte legítima, pois ficou profundamente abalada pela dor, desgosto e tristeza de saber que sua filha foi vítima de abuso sexual por parte do réu, o que também lhe causou constrangimento, vergonha e humilhação.

O apelado apresentou contrarrazões (fls. 140/143) e o recurso foi processado regularmente

É o relatório.

O inconformismo da apelante não merece prosperar.

No caso em tela, os danos sofridos pela filha da apelante não extrapolam sua esfera íntima, sendo que não se aplica ao



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

caso a teoria dos danos morais indiretos ou reflexos.

Em caso semelhante, o ilustre Des. Francisco Loureiro, aduz que *“esse dano indireto ou por ricochete há de ficar muito bem delineado, com conseqüências diretas sobre os parentes da vítima. Na lição de Massimo Bianca, o dano reflexo somente é indenizável em “situazioni nelle quali il fatto lesivo si rivela idoneo a colpire direttamente una pluralità di interessi, autonomamente identificabili e tutelati” (Diritto Civile, v. V, La Responsabilità, p. 115, Giuffrè Editore, Milano, 1.994). Os casos em que não há morte da vítima e seus parentes podem pleitear indenização autônoma por dano por ricochete são bem marcados. Seria o caso, por exemplo, de um filho que sofre seqüelas permanentes e necessita de cuidados intensivos dos pais, ou de um lar destruído em razão do ato ilícito de terceiro. O simples desgosto que toda mãe sofre contra qualquer ato ilícito sofrido pelo filho não é indenizável”.* (TJSP, 4ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 9155983-34.2003.8.26.0000)

Embora inegável a aflição e o desgosto vivenciados pela apelante diante dos fatos narrados na inicial, a indenização no caso dos autos é devida apenas à pessoa que teve o direito lesado, ou seja, quem experimentou o dano imediato.

Como bem salientou a ilustre sentenciante *“a menor Pamela é a real titular de eventual direito a indenização por danos morais em razão dos fatos mencionados na inicial”.*

Sobre o assunto:

*“Responsabilidade civil por ato de terceiro. Atentado violento ao pudor praticado por um paciente contra outro em hospital psiquiátrico - Dever de vigilância do hospital sobre os pacientes - Inteligência do artigo 932, 11 do Código Civil - Ocorrência da infração bem caracterizada – Danos morais e materiais*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**

*causados à vítima - Inocorrência de danos morais por ricochete causados à mãe da vítima - Indenização corretamente fixada em 250 salários mínimos para a vítima - Verba honorária reduzida a 10% do valor da condenação, diante do decaimento recíproco - Recurso da ré provido em parte, para julgar improcedente a ação em relação à mãe da vítima e reduzir a verba honorária a 10% sobre o valor da condenação". (TJSP, 4ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 9155983-34.2003.8.26.0000, rel. Des. Francisco Loureiro, D.J. 13/03/2006)*

"RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - Ação indenizatória de danos morais por agressões sofridas por aluno de escola pública, perpetradas por outros alunos - Dever do Estado de garantir a integridade física dos tutelados, respondendo por danos independente de culpa de agente público - Responsabilidade objetiva, ex vi arts. 5º., XLIX e 37, par. 6º da C.F.. DANOS MORAIS - Agressões sofridas por aluno de escola pública estadual, dentro da Instituição de Ensino, em circunstâncias que não só poderiam como deveriam ter sido evitadas pelas autoridades - Dor e sofrimento reconhecidos - Fixação no equivalente a 100 salários mínimos - Não demonstração que os danos extrapolaram a esfera íntima da vítima - Indenização aos pais indevida. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS Contados da data de sua fixação (sentença de 1º grau), na forma da Súmula 362 do STJ. Recursos dos Autores e da FESP improvidos. Recurso oficial provido apenas para determinar a incidência dos juros de mora e correção monetária a partir da fixação da indenização". (TJSP, 6ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0560987-92.2008.8.26.0577, rel. Des. Carlos Eduardo Pachi, j. 18/10/2010)

Destarte, em que pese a inegável aflição vivenciada pela autora, ela é parte ilegítima para a propositura da presente ação. A propósito:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

"INDENIZAÇÃO - Dano Moral - Acidente De Trânsito - Alegação de ilegitimidade ativa diante de ação anterior ajuizada pelo filho do autor, vítima do evento - Decisão condenatória que beneficiará a entidade familiar - Aflicção paterna reconhecida que não configura, contudo, dano moral passível de indenização - Ilegitimidade ativa reconhecida - Sentença reformada - Recurso da ré provido, prejudicados os recursos da denunciada e do autor (TJSP, 13ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0119346-95.2007.8.26.0002, rel. Des. Irineu Fava, j. 01/06/2011)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

ADILSON DE ANDRADE  
Relator